



A Economia Mineira no século XVIII como objeto historiográfico

The Minas Gerais economy in the eighteenth century as historiographical object

Marcos Taroco Resende¹

Fágner João Maia Medeiros²

Isadora Pelegrini Silva³

RESUMO: A formação histórica e o desenvolvimento da economia de Minas Gerais do século XVIII tornou-se um objeto historiográfico consagrado na literatura, incitando controvérsias e inquietações entre os historiadores. O objetivo do trabalho é analisar a economia mineira enquanto um objetivo historiográfico em duas tradições diferentes de se fazer história, uma orientada às grandes sínteses na primeira década do século XX, e a outra pela literatura desenvolvida a partir da década de 1970, que confrontou essas grandes interpretações com recortes específicos e pesquisas primárias de fontes documentais. Argumentamos que essa mudança na maneira de apreender a realidade econômica e social esteve intimamente imbricada com as transformações historiográficas da história econômica.

Palavras-chave: Economia Mineira. historiografia. século XVIII.

ABSTRACT: The historical formation and development of Minas Gerais economy in the 18th century became a well-known historiographic object, generating many controversies and concerns among historians. The aim of this paper is to analyze it on two different historiographical traditions. The former was great synthesis-oriented in first decades of the 20th century and the latter was developed in the 1970's that contradict in many ways the former with specific historical cuts and empirical research. We argue that this change in the view of approaching economic and social realities was intimately intertwined with the historiographical transformations of economic history.

Keywords: Minas Gerais economy. historiography. 18th century.

¹ Doutorando em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG). Email: marcostaroco07@hotmail.com

² Doutorando em Economia na Universidade Federal de Minas Gerais. Email: fagnerjmaia@gmail.com

³ Doutoranda em Economia na Universidade Federal de Minas Gerais.



1. Nota introdutória

A história de Minas Gerais ocupa um lugar de destaque dentro da história da historiografia do Brasil. Ao longo do século XX, as constantes atualizações e renovações no modo de fazer história provocaram inquietações, que foram traduzidas em controvérsias entre os mais variados intelectuais e historiadores acerca da formação e desenvolvimento da capitania mineira. Neste trabalho objetivamos retomar o desenvolvimento da historiografia brasileira, tendo a economia de Minas Gerais no século XVIII como objeto de análise.

Nosso ponto de partida é situar o nascimento de uma história “científica” e “autônoma”, já isolada de demandas por narrativas nacionais, dentro da historiografia da história do Brasil. Sabe-se que o contato e as tensões entre a História com as ciências sociais emergentes no prelúdio do século XIX foi um divisor de águas entre a “História Moderna” e a “História Tradicional”. A última, uma história essencialmente narrativa, centrada em documentos oficiais e marcada por grandes personagens e eventos, transitou para uma “História Moderna”, cuja versão dominante tomou forma na “história problema” da Escola dos Annales, liderada inicialmente por Marc Bloch e Lucien Febvre, no início do século XX. Em resumo, essa renovação historiográfica modificou o ofício do historiador, pois era preciso criticar documentos, incorporar agrupamentos sociais, mobilizar métodos e conceitos das ciências sociais (historicizando-os) (Novais; Forastieri, 2013).

No que se refere à historiografia brasileira, nossa “História Tradicional” correspondia, em grande medida, aos estudos elaborados sob a égide Francisco Adolfo de Varnhagen dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, com a missão de delinear “um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’” (Guimarães, 1988). No entanto, nos interessa aqui o advento da “História Moderna” no Brasil. Há um certo consenso na literatura de que houve uma atualização das interpretações a respeito da colônia a partir das publicações pioneiras – como denominou Antônio Cândido (1984) – dos “intérpretes do Brasil”.

Nesses termos, a renovação da historiografia brasileira surgiu com a afamada “geração de 30”, composta pela “história cultural” de Gilberto Freyre, em 1933, seguido



pela “sociologia dos opostos” de Sérgio Buarque de Holanda, no ano de 1936, chegando ao “marxismo heterodoxo” de Caio Prado Jr., em 1942. Ao mesmo tempo, o nascimento da História Econômica no Brasil ocorreu com o livro *História Econômica do Brasil* (1937) publicado por Roberto Simonsen, em 1937 (Saes, 2017; Szmrecsányi, 2004). Esses trabalhos, vistos em seu conjunto, não foram ditados propriamente pelo ofício do historiador: na verdade, eram interpretações sociológicas. Apesar disso, todos mobilizaram a História na busca por “grandes sínteses” para explicar o Brasil, tendo a temática da “formação” como recurso chave para explicar os dilemas enfrentados pelo Brasil contemporâneo, o que Melo (1995, p. 191-192) chamou por “tesão pelo concreto”. A somar, Arruda (2004) e Novais e Arruda (1998) acrescentaram que o traço dominante desses trabalhos era o ensaio, isto é, não havia um compromisso com uma construção fechada, generalizações eram frequentes e havia um menor rigor metodológico.

À luz dessa discussão, a formação de Minas Gerais apareceu nesses trabalhos como um capítulo de uma história maior que sistematizava toda a formação econômica e social do Brasil. Primeiramente, na obra *História econômica do Brasil* (1937), de Simonsen, encontramos dois capítulos intitulados “Ciclo da Mineração”, que tratam da capitania mineira. No livro *Formação do Brasil Contemporâneo* ([1942] 2000), de Prado Jr., verificamos fragmentos descritivos da atividade mineira na seção “Mineração”. Anos mais tarde, Celso Furtado dedicou dois capítulos do seu livro *Formação Econômica do Brasil* ([1959] 1980) para tratar da “economia escravista mineira”.

No saldo desses trabalhos listados acima, a economia de Minas Gerais tornou-se um dos vários ciclos de acumulação da colônia portuguesa, que se diferenciou pela interiorização do povoamento e por sua capacidade de integração dos mercados regionais da colônia. Derivado disso, a adoção do “ciclo” como perspectiva para estudo da história econômica tornou-se um traço fundamental desses primeiros estudos. Nesses termos, a atividade econômica era vista por uma sucessão de ciclos econômicos com início, auge e esgotamento. De acordo com Saes (2017), essa “noção de ciclo” começou com o trabalho de Azevedo, *Épocas de Portugal Econômico* (1928), e foi incorporada pelos trabalhos



que o sucederam, tal como Simonsen, Prado Jr., chegando ao “ciclo da mineração” de Celso Furtado, com auge em 1760, e esgotamento poucos decênios depois.⁴

A partir dessa breve exposição, nos deslocamos na seção seguinte para uma breve incursão nas interpretações de Caio Prado Jr. e Celso Furtado em busca de sintetizar a interpretação dominante da economia mineira no período no que se refere a sua organização, dinâmica e decadência. Na terceira e última seção, discutimos alguns trabalhos representativos que dialogam com as teses clássicas sobre a economia mineira no período colonial, cujas contribuições repousam nas críticas das interpretações generalizantes. Essa contraposição não pode ser inteligível senão referida no contexto das próprias mudanças na constituição do saber historiográfico presentes nas últimas décadas do século XX, as quais são sumarizadas brevemente nessa seção e nas considerações finais.

2. As interpretações clássicas da economia mineira de Caio Prado Jr. e Celso Furtado

Caio Prado Jr. iniciou seu esforço revelador de interpretação do Brasil com a obra *Evolução Política do Brasil* ([1933] 2006), em 1933, mas foi no decênio seguinte, a partir da publicação de *Formação do Brasil Contemporâneo* ([1942] 2000), que Prado Jr., mediado pelo materialismo histórico, consolidou sua interpretação clássica sobre o período colonial e garantiu seu lugar no panteão dos intérpretes do Brasil.

Em linhas gerais, Prado Jr. ([1942] 2000) enfatizou que a colonização portuguesa na América não era um fato isolado, pois fazia parte de um episódio mais geral da expansão e do desenvolvimento do comércio continental europeu no século XVI. Nesses termos, a colonização portuguesa forjou na América uma sociedade que, embora fosse uma extensão das sociedades europeias, era dotada de um sentido próprio que designou toda a organização econômica (grande propriedade, monocultura) e social (escravidão) da colônia e que ainda teria influência sobre o Brasil contemporâneo. Deste modo, o

⁴ É digno de nota ressaltar que autores como Caio Prado e Celso Furtado não utilizaram a ideia de ciclo de forma tão mecânica quanto Simonsen, quer dizer, através da descrição de flutuações conjunturais de uma sequência de produtos e regiões. Por exemplo, Caio Prado ([1942] 2000), chamou atenção para outros fundamentos da economia colonial, insistindo que qualquer que fosse a região ou o produto predominante, o objetivo seria a transferência do excedente para a metrópole. Para melhor descrição ver o verbete “ciclo econômico” escrito por Faria (2001).



“sentido da colonização” dos trópicos era tornar-se uma vasta empresa comercial, orientada para o exterior, como simples fornecedora para o comércio internacional.

Inicialmente, foram esses traços que moldaram a grande lavoura açucareira e outras atividades. No que se refere à economia de Minas Gerais, seu núcleo dinâmico, no século XVIII, esteve associado à mineração. Para Prado Jr. ([1942] 2000), essa atividade também estava circunscrita ao sentido da colonização. Sendo assim, foi desenvolvida à margem das necessidades próprias da sociedade brasileira, objetivando lucros rápidos com menores custos, e claro, a remessa do excedente à metrópole.

Conforme Prado Jr. ([1942] 2000), esses traços poderiam ser notados pela forte presença da colônia na regulação da atividade mineradora. Por um lado, a metrópole elaborou uma legislação própria para a atividade mineira, impondo um oneroso sistema fiscal, casas de fundição, superintendentes e intendentess responsáveis pela fiscalização e repartição da produção. Por outro, durante todo o período, não houve sequer investimentos em equipamentos ou recursos técnicos para aperfeiçoar a extração do ouro. Esse descaso da metrópole com a atividade mineira implica na tese de Prado Jr. ([1942] 2000, p. 178) de que não havia intenção alguma em desenvolver um mercado na capitania mineira: “nada interessava senão o quinto”. No mesmo sentido, Prado Jr. ([1942] 2000, p. 177) acrescentou que,

seus funcionários, bacharéis e burocratas inteiramente alheios a assunto de mineração, não deram nunca um passo no sentido de promover melhorias, tentar o aperfeiçoamento dos processos empregados na extração do ouro; ajudar, por pouco que fosse, a indústria confiada à sua guarda ou às pessoas nela ocupadas.

Diante desse quadro, o esgotamento da atividade mineradora não tardou. Prado Jr. ([1942] 2000, p. 173) sustentou que no alvorecer do século XIX, momento em que foram esgotados praticamente todos os depósitos da superfície, “[...] a mineração sofre então seu colapso final. Nada se acumulara na fase mais próspera para fazer face à eventualidade.”. Assim, mesmo em Minas Gerais, onde a extração conservou grande dinâmica por vários decênios, o resultado foi uma decadência profunda. Nas palavras de Prado Jr. ([1942] 2000, p. 178):

afinal, quando a indústria mineradora da colônia já era uma ruína, e sob seus escombros gemia uma população empobrecida cuja miséria



flagrante não podia mais iludir ninguém, nem a miopia da administração, nem a inconsciência do ganancioso fisco, veio da reforma.

Nesse sentido, para Prado Jr. ([1942] 2000), o esgotamento da atividade mineradora conduziu a capitania mineira a uma condição social inerte. E o próprio caráter temporário dessa atividade era o que explicava a decadência dessa capitania, visto que não houve nenhum tipo de esforço em constituir um mercado regional, ou de desenvolver atividades paralelas. Em resumo,

A indústria mineradora no Brasil nunca foi além, na verdade, desta aventura passageira que mal tocava um ponto para abandoná-lo logo em seguida e passar adiante. E é esta a causa principal por que, apesar da riqueza relativamente avultada que produziu, drenada aliás toda para fora do país, deixou poucos vestígios, a não ser a prodigiosa destruição de recursos naturais que semeou pelos distritos mineradores, e que ainda hoje fere a vista do observador (Prado Jr, [1942] 2000, p. 172-173).

Assim como Prado Jr., Celso Furtado elaborou uma interpretação totalizante a respeito da formação socioeconômica brasileira em *Formação Econômica do Brasil* ([1959] 1980), obra que, segundo Oliveira (2003, p. 19), converte o autor em “demiurgo do Brasil” ao lado dos clássicos da “geração de 1930” (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.)⁵. O livro objetiva examinar o processo de formação da economia brasileira resgatando quatro séculos de história, situando a colonização como resultado da expansão comercial europeia que engendrou uma estrutura produtiva primário-exportadora voltada “para fora”, isto é, o dinamismo era dependente das condições conjunturais – e da demanda – dos países centrais. A partir disso, o autor analisou os diversos ciclos de atividades produtivas – do açúcar, da pecuária, do ouro e do café – até a reversão do centro dinâmico da economia em 1930, que se voltou para o mercado interno com o esforço industrializante.

⁵ Francisco de Oliveira ressalta que *Formação Econômica do Brasil* pode ser equiparável a obras canônicas como *Casa-Grande & Senzala* (Gilberto Freyre), *Raízes do Brasil* (Sérgio Buarque de Holanda) e a própria *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., que mencionamos anteriormente (OLIVEIRA, 2003).



De modo similar a Prado Jr.⁶, a interpretação de Furtado a respeito da economia mineradora no Brasil também se encontrava inserida em um panorama mais extenso, que busca explicar, partindo da perspectiva econômica, a totalidade do processo de exploração colonial até os primórdios da industrialização no país. Em *Formação Econômica do Brasil*, seu *opus magnum*, o autor dedicou três capítulos para versar sobre a economia escravista mineira, nos quais estabeleceu algumas comparações com a economia do açúcar do Nordeste. Dentre elas, o próprio caráter divergente do trabalho livre e compulsório em ambas as regiões. Segundo Furtado ([1959] 1980), enquanto na economia açucareira os trabalhadores escravizados constituíam a maioria da população e os trabalhadores livres possuíam poucas alternativas de ascensão social, na economia mineira a mobilidade social para homens livres era considerável. Isto decorria, em primeiro lugar, da não necessidade de mobilização de grandes volumes de capital para investimento. Além disso, existia a possibilidade dos trabalhadores escravizados comprarem de volta a própria liberdade, com a quantia que poderiam pagar a seus senhores trabalhando por conta própria.

Ademais, o autor enfatizou que, devido às condições geográficas – serras e montanhas – de Minas Gerais, houve a necessidade da constituição de um sistema complexo de transporte, no qual as tropas de mulas desempenhavam papel central e, como consequência, a economia mineira articulou-se com o mercado do Rio Grande do Sul, especializado em pecuária. Esse processo de integração foi fundamental para fomentar a expansão da pecuária extensiva no país, tanto no sul, que mostrou-se um *habitat* favorável para a criação de gado, quanto no Mato Grosso, onde havia um mercado incipiente de exportação de couro (Furtado, [1959] 1980). Nesse sentido, Furtado colocou a mineração como centro dinâmico da economia do país no período, ao mesmo tempo em que avançou

⁶ Alguns autores ressaltam as diversas semelhanças analíticas entre *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr. e *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, alegando clara influência da obra de Prado Jr. no desenvolvimento do trabalho de Furtado e destacando a ausência das devidas referências bibliográficas no último. Oliveira (1997, p. 4) assevera: “[...] quanto a Caio, creio que a dívida de Celso para com ele é muito grande e a inexistência de citações de sua obra em *Formação econômica do Brasil* pode ser considerada simplesmente imperdoável”. Szmrecsányi (1999) esclarece que, considerando a robustez do livro, certamente foram consultados diversos autores de trabalhos históricos em língua portuguesa que não foram mencionados; verificando a tese de doutorado de Furtado, Szmrecsányi identifica diversas referências bibliográficas ocultadas posteriormente em *Formação Econômica do Brasil*, dentre elas *História econômica do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Jr.



ao identificar a articulação dessa atividade econômica com os outros mercados regionais da colônia.

Levando em conta, portanto, o dinamismo da economia aurífera e os empecilhos da importação de bens de consumo – distância dos portos, relevo acidentado, encarecimento dos produtos etc – Furtado ([1959] 1980, p. 79) defendeu que era de se esperar o desenvolvimento endógeno de atividades manufatureiras ligadas ao mercado interno; no entanto, esse processo “foi praticamente nulo”. O autor descartou a possibilidade de que o decreto português de 1785 que proibia as manufaturas tenha desencadeado tal reação e aponta como causa principal “a própria incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável”. Tal trecho, deveras mal interpretado, indica somente o fenômeno quase axiomático de uma relação colônia-metrópole: o Brasil, enquanto colônia, só poderia aplicar uma técnica manufatureira mais avançada caso sua metrópole, Portugal, a tivesse empregado anteriormente. Logo, o último, tolhido pela Inglaterra por meio do Tratado de Methuen de 1703 e mantido pelo fluxo da rentável produção aurífera brasileira, não havia ainda desenvolvido sua indústria ou acumulado técnica manufatureira de modo a transmiti-la para suas colônias. Assim,

Houvessem chegado ao Brasil imigrantes com alguma experiência manufatureira, e o mais provável é que as iniciativas surgissem no momento adequado, desenvolvendo-se uma capacidade de organização e técnica que a colônia não chegou a conhecer (Furtado, [1959] 1980, p. 80).

Apoiado, portanto, na perspectiva de que não houve em Minas Gerais o estabelecimento de atividades econômicas permanentes, Furtado ([1959] 1980) interpretou o declínio da economia da mineração como uma involução econômica que se acentuou até o advento da economia cafeeira. O capital aplicado no setor regrediu e a migração de mão de obra livre e escravizada foi inevitável. Os centros urbanos existentes foram, lentamente, se desarticulando até dar lugar a uma economia de agricultura de subsistência que trabalhava “com baixíssima produtividade” (FURTADO, [1959] 1980, p. 86). A obra *Uma Economia Dependente* (1956), publicada alguns anos antes de *Formação Econômica do Brasil*, nos esclarece o que o autor entendia por economia de subsistência:



Esta última [economia de subsistência], portanto, não era outra coisa senão os restos reunidos e justapostos de todas as economias de exportação que tinham perdido sua razão de ser. Na maioria dos casos a velha economia de exportação continuava a subsistir em forma atrofiada, utilizando uma parte reduzida de sua capacidade produtiva. Outras vezes, praticamente desaparecera, como foi o caso das atividades de mineração na região central do país (Furtado, 1956, p. 14).

Na sua obra, Furtado salientou, ainda, que tais atividades de subsistência apresentavam diversas características de economias pré-capitalistas estacionárias, nas quais não se produzia excedente, uma vez que a mão de obra, subutilizada, dedica-se a satisfazer as necessidades primárias da coletividade (Furtado, 1956). Essa interpretação casa perfeitamente com sua perspectiva totalizante, isto é, a narrativa da construção do Brasil enquanto nação, visto que explica os primórdios do excedente estrutural de mão de obra, necessário à reprodução do subdesenvolvimento brasileiro.

É interessante ressaltar que, conforme o próprio Furtado ([1959] 1980) enfatizou na introdução do livro, *Formação Econômica do Brasil* não se pretende ser uma obra de história, mas uma análise econômica. Nesse sentido, o autor se desobriga de compromissos metodológicos – no sentido historiográfico, isto é, referente ao tratamento de fontes e à citação bibliográfica – mais robustos ao argumentar, essencialmente, ainda que não com tais palavras, que não se trata de uma obra de propósitos exclusivamente acadêmicos, sendo também dedicada à divulgação científica:

Ao escrevê-lo, em 1958, o autor teve em mira apresentar um texto introdutório, acessível ao leitor sem formação técnica e de interesse para as pessoas – cujo número cresce dia a dia – desejosas de tomar um primeiro contato em forma ordenada com os problemas econômicos do país. [...] Omite-se quase totalmente a bibliografia histórica brasileira, pois escapa ao campo específico do presente estudo, que é simplesmente a análise dos processos econômicos e não reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos (Furtado, [1959] 1980, p. 1-2).

Isso não significa, contudo, que não exista metodologia. Segundo o autor, o método utilizado – já recorrente em trabalhos precedentes –, consistia em “aproximar a História (visão global) da análise econômica, extrair desta perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História” (Furtado, 2014, p. 184). Tal análise econômica,



interessante ressaltar, encontra-se embebida em uma macroeconomia moderna keynesiana⁷ na qual Furtado estava absorvido enquanto redigia esta obra, durante novembro de 1957 e fevereiro de 1958 no *King's College* em Cambridge. Nesse sentido, o ambiente intelectual, que permitia o contato com personalidades como Richard Kahn, Joan Robinson e Piero Sraffa, bem como o acesso ao acervo das bibliotecas da universidade – tanto a biblioteca de Cambridge, quanto a biblioteca da escola de economia, que conta com o antigo acervo pessoal de Marshall – tiveram papel central na abordagem utilizada por Furtado.

Em síntese, existem semelhanças fundamentais na abordagem historiográfica de Furtado e de Prado Jr. Os principais elementos que podemos reter referem-se, essencialmente, à interpretação totalizante no tempo e no espaço, isto é, da história “a longo prazo” do Brasil, no qual a particularização regional é realizada apenas como um capítulo para complementar o movimento geral. Movimento que, segundo ambos, engloba o caráter cíclico de auge e esgotamento da economia mineira. Ademais, identificamos também uma pesquisa orientada a interpelar o problema histórico pela perspectiva econômica e sociológica⁸. Interessa ressaltar que, trabalhar com tema ou recorte de pesquisa amplos, ao mesmo tempo que possui o benefício de captar a dinâmica preponderante e holística do objeto de estudo – impraticável para um trabalho fragmentado –, também incorre no ônus de incluir diversas lacunas; estas foram apontadas por diversos estudiosos posteriormente.

⁷ Oliveira (2003, p. 19), inclusive, avança no argumento ao caracterizar este livro como uma “leitura keynesiana da história brasileira”.

⁸ É possível indicar uma aproximação do trabalho dos autores com a historiografia praticada pela Escola dos Annales nas primeiras gerações. Prado Jr. foi aluno de Fernand Braudel no período que o historiador ministrou a cadeira de História da Civilização na Universidade de São Paulo (USP), no período que medeia entre 1935 e 1937 (MARTINEZ, 2002). A somar, mais tarde Braudel escreveu uma resenha intitulada *No Brasil: dois livros de Caio Prado Jr.* ([1948] 1999), em que teceu elogios às obras de Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo* ([1942] 2000) e *História Econômica do Brasil* ([1945] 2004). Furtado, por sua vez, era contemporâneo de Braudel na Universidade de Paris, tendo o primeiro defendido sua tese de doutorado em 1948 e o último em 1947. Furtado não menciona Braudel como influência intelectual, mas destaca a importância de Henri Pirenne para enriquecer o seu modo de entender a história procurando um sentido, uma lógica própria (VIEIRA, 2004). Pirenne foi um historiador belga cujo trabalho prezava pela interdisciplinaridade com as ciências econômicas e sociais. Bloch e Febvre o convidaram duas vezes para assumir a direção da revista dos Annales antes de sua fundação; no entanto, Pirenne recusou (BURKE, 1990).



3. O debate historiográfico revisionista sobre a Economia Mineira: dinâmica do mercado interno e economia de abastecimento

A partir dos anos de 1970, o debate historiográfico tomou novos rumos. No âmbito da História Geral, Novais e Forastieri (2013) apontaram que a História, assim como outras disciplinas, sofreu influência da “crise dos paradigmas” e seus efeitos resultaram na abertura para novos objetos, problemas e abordagens. Para esses autores, a expressão mais acabada dessa “novíssima história” estaria na terceira geração da Escola dos Annales, agora com menor ênfase em economia e sociologia, e com uma incidência maior da antropologia e da etnografia em suas pesquisas. Em adição, Revel (2010) afirmou que entre esses novos historiadores havia uma preocupação em resgatar a narrativa e o estudo dos eventos que havia sido ofuscado por uma preocupação excessiva, à la Braudel, com o nível da estrutura.

No que se refere à historiografia do Brasil, essa mudança de temas significou o abandono das “grandes sínteses” e da “temática da formação” para pesquisas de caráter mais específico, com recortes temporais e espaciais circunscritos. Saes (2017) explicou que esse movimento esteve associado à constituição dos cursos de pós-graduação nos anos setenta, resultando na profissionalização e especialização das pesquisas em história, além de um diálogo mais sistemático com a historiografia internacional. Desde então, havia “[...] obrigatoriedade da realização de dissertações e teses para a carreira universitária. Mas além do crescimento quantitativo, houve significativos avanços em termos de métodos e técnicas de pesquisa e exploração de fontes primárias originais” (Saes, 2017, p. 192).

Os reflexos desse movimento modificaram o modo de fazer História Econômica no Brasil. Segundo Paula (2021, p. 58), os ciclos finalmente saíram de cena, e isso foi uma conquista pois “tal maneira de ver as coisas resultou num reducionismo problemático, ao ignorar a existência de ‘complexos econômicos’, para além da exportação de alguns produtos”. No mesmo sentido, Faria (2001) sublinhou que um volumoso número de pesquisas apontaram limites empíricos ao trabalhar com a ideia de ciclos na economia colonial. A saber, descobriu-se que o pau-brasil foi exportado, pelo



menos, até o fim do século XVIII⁹ (ARRUDA, 2019), o açúcar nunca havia deixado de se expandir mesmo em regiões distantes do nordeste e o ouro seguiu sendo extraído, em menor escala, na segunda metade do século XVIII. Quanto à produção historiográfica, as interpretações seminais de Caio Prado Jr. e Celso Furtado tornaram-se temas recorrentes de revisão e aprofundamento em teses e dissertações. Portanto, havia surgido uma nova geração de historiadores, muito influenciada pelas novas tendências historiográficas (micro-história, história regional, história social, história serial e quantitativa), que questionava a validade de uma “história totalizante” pelo fato desta não dar conta de eventos e de peculiaridades da história.

Dando início à explanação, a partir das décadas de 1970 e 1980 foi disseminada pela literatura uma tendência a realizar estudos regionais sobre a economia colonial, o que não raro levou a qualificações claras a proposições dos autores clássicos. No caso da Economia Mineira, vários estudos caminharam para tal objetivo. Foge do escopo do trabalho analisar toda a diversidade de recortes, metodologias e abordagens dessa literatura, que denominamos “revisionista”, por se caracterizar pelas revisões das grandes interpretações totalizantes. Por isso mesmo, discutimos dois temas: 1) os fatores que impossibilitaram a industrialização em Minas Gerais; e 2) a dinâmica do mercado interno e a diversificação produtiva após a crise da mineração.

O estudo intitulado *A Economia do Ouro em Minas Gerais (Século XVIII)* (1973), de autoria do economista Wilson Cano, faz parte de uma coletânea de seus artigos sobre a temática da economia regional brasileira. A hipótese central do texto é que, ao contrário de Furtado ([1959] 1980) e outros autores, não havia a possibilidade efetiva de industrialização de Minas Gerais, apesar da capacidade de integração econômica nacional. Recapitulando, Furtado ([1959] 1980) não deu maior importância ao Editó de 1875 que proibia as manufaturas no Brasil, colocando a principal causa da não industrialização na incapacidade técnica dos imigrantes – que estaria relacionada ao Tratado de Methuen de 1703 com a Inglaterra, que impossibilitou o desenvolvimento manufatureiro de Portugal e sua transferência à colônia brasileira. Já Castro (1971) também participou do debate, concordando com as explicações sobre a razão da não

⁹ É válido dizer que a importância do pau-Brasil no comércio exterior brasileiro até meados do século XIX, já havia sido notada na década de 1940 pelo autor americano Alexander Marchant (1943).



industrialização de Minas Gerais, mas discordando de Celso Furtado quanto ao menor peso explicativo dado ao Edito de 1785: para o autor tal decreto constituiu a razão fundamental.

Tendo essas duas posições definidas, Cano (2002) posicionou-se contra elas. Na perspectiva do autor, apesar da discordância quanto ao fator explicativo entre Furtado e Castro, há um pressuposto compartilhado de que a industrialização de Minas Gerais era possível à época. Para nosso autor, não havia tal possibilidade. Para desconstruir o pressuposto subjacente que a industrialização era possível, Cano (2002) emprega uma pesquisa quantitativa e documental a respeito dos dados da realidade econômica mineira no século XVIII, visando de certa forma minar os alicerces da construção lógica de Furtado.

Primeiramente, o autor se concentrou no problema da formação de um complexo econômico. Para ele, *a priori* poder-se-ia pensar que de fato houve tal complexo econômico pela análise dos efeitos da mineração nas pecuárias nordestina e do Sul, assim como internamente por sua urbanização e composição de homens livres. Contudo, a despeito desses efeitos – de fato importantes – é necessário observar o destino do excedente e o potencial de acumulação. Na posição do autor, a economia mineira não gerou endogenamente os efeitos que provocou externamente (para outras regiões), isto é, a maior parte das necessidades locais de subsistência foi atendida pelas importações do exterior ou de outras regiões do Brasil. Analisando registros históricos, o autor afirma que 3/4 da produção foi exportada para Portugal. Do resíduo, ainda deve-se contabilizar o “ouro improdutivo” – despendido em obras de artes ou puramente no entesouramento. Globalmente, então, pouco se retia (aproximadamente 1/4 para a acumulação interna da região mineradora. Essa constatação é amparada teoricamente pelo autor no conceito de “exclusivo colonial” de Fernando Novais (1995), que deu um papel central às relações de monopólio comercial entre metrópoles e a colônias no quadro do Antigo Sistema Colonial, no qual as últimas (no caso o Brasil), destinavam seus excedentes a acumulação de capital nas primeiras.

Cano (2002) também não concorda com o argumento furtadiano de que a relação capital-produto na economia mineira era menor do que na economia do açúcar. A partir de alguns cálculos, concluiu que a relação capital-produto é similar nas duas economias.



Não obstante, ainda se colocou em reflexão outros aspectos da economia mineira, dos quais chamamos atenção para a questão da maior mobilidade social dos escravizados e a questão da “alta rentabilidade” da empresa mineira.

Sobre a primeira questão, Cano enfatizou que a possibilidade de alforria não estava simplesmente nas mãos dos trabalhadores escravizados. Na verdade, para o autor, o que determinava isso era o ciclo do ouro e a respectiva onerosidade da manutenção dos escravizados num contexto de crise e baixa rentabilidade. Para questionar a alta rentabilidade, o autor se baseou em uma pesquisa quantitativa e documental sobre produção, produtividade para os anos 1735-1749 (auge da produção) e dados de consumo e preços para formar um gasto mínimo anual de trabalhadores livres ou escravizados em 1703 (início da atividade). A partir disso, simulou a rentabilidade de três plantas de empresas: individual, empresa média que possui 10 pessoas escravizadas e a empresa grande que detém 50 pessoas escravizadas, constatando que houve taxas altamente negativas de rentabilidade para as três plantas e outros impactos que elevaram o custo de vida.

Após colocar vários pilares do argumento de Furtado em questionamento, oferecendo evidências contrárias, Cano (2002) apresentou novos elementos para fortalecer sua tese central de que não havia possibilidade de industrialização. Primeiramente lançou o olhar crítico em relação às outras atividades que não a mineração. Se o custo da mão de obra era elevado para a mineração, também o era para a agricultura e manufatura para expandir suas atividades. Em segundo lugar, a área de mercado se restringia a Minas, uma vez que, embora os altos custos de transportes concedessem certa proteção à agricultura e manufatura, limitavam a extensão do mercado.

Este mercado, por sua vez, estava em franca desintegração e desarticulação rumo à subsistência. A expansão para fora de seus limites se mostrava inviável, pois o mercado mais próximo e dinâmico – aberto à concorrência estrangeira e dotado de menores custos de transporte devido à proximidade ao ultramar – se encontrava no Rio de Janeiro. Para concorrer com os similares estrangeiros, a manufatura teria de elevar bastante sua produtividade. A questão é que os estrangeiros eram os ingleses em franco desenvolvimento tecnológico no âmbito da Revolução Industrial. Especificamente sobre o Edito de 1785, Cano (2002) não lhe atribuiu toda a importância que o fez Castro, pois



quando há o decreto, a produção aurífera já havia se reduzido à terceira parte em relação à década de 1740. Ainda, o decreto proibiu os tecidos mais refinados, mas não houve proibição dos tecidos mais grossos, majoritariamente utilizados pelos trabalhadores escravizados.

Nos anos de 1980, a expansão e consolidação dos programas de pós-graduação em História permitiu o florescimento de novas pesquisas acadêmicas realizadas por essas primeiras gerações de historiadores, no qual seus trabalhos apresentaram-se recheados de ampla base empírica e voltados exclusivamente para a própria área, demarcando uma ruptura com o estilo ensaísta. No que se refere à economia mineira oitocentista, a pretensa regressão econômica e a desarticulação da economia rumo à subsistência após o *boom* minerador, postulada por Prado Jr. e Furtado, tornou-se um tema fundamental de revisão historiográfica. Nos termos de Cosentino (2013, p. 29), “até o início da década de 1980, prevaleceu na historiografia econômica a convenção de que, com o declínio da mineração no final do século XVIII, a economia mineira do século XIX tinha sido marcada pela involução econômica e pela produção para subsistência”. Adiante destacamos importantes trabalhos dessa nova geração de historiadores que combateu a tese de regressão econômica da economia mineira, jogando luz nas relações intra-coloniais e inter-coloniais.

Em 1979, Alcir Lenharo publicou *As Tropas da Moderação* (1993) como resultado da pesquisa realizada em seu mestrado no programa de pós-graduação em História Social na Universidade de São Paulo. Seu objeto de pesquisa foi o abastecimento urbano – em particular, o que concerne à produção mercantil de gêneros de primeira necessidade destinados ao consumo interno – e seus encadeamentos políticos no Centro-Sul de Minas Gerais na primeira metade do século XIX.

O autor se ocupou de um conjunto heterogêneo de fontes. Para traçar o quadro estrutural do Brasil Império, utilizou-se desde registros de leis, decretos e alvarás do governo imperial até textos narrativos de viajantes (como, por exemplo, os relatos de Saint-Hilaire). Ademais, sua pesquisa também requereu a documentação existente em diversos arquivos, como o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, o Arquivo Público Mineiro e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que forneceram desde informações quantitativas a respeito da estrutura dos



mercados e condições de abastecimento, até matérias jornalísticas que evidenciavam o caráter da imprensa e da opinião pública da época.

A principal motivação do autor deveu-se ao tratamento conferido a este período da história do Brasil pela historiografia tradicional que, na perspectiva de Lenharo (1993), negligenciava a importância do comércio de gêneros de subsistência não só para a diversificação e dinamização da atividade econômica, como também para a ascensão social de uma elite de produtores agropecuários articulada com a Corte. O autor argumentou que Simonsen atribuía um caráter não-histórico para o desempenho da economia de subsistência por insinuar um vazio entre as atividades econômicas da mineração e do café. Alega, ademais, que Furtado repetiu a mesma esquematização de Simonsen ao caracterizá-la como uma atividade de baixíssima produtividade durante um período de involução econômica e dispersão da população após etapas de atrofiamento da economia monetária e descapitalização desencadeadas pela crise da economia mineradora. Neste sentido, o autor criticou o conceito de subsistência de Furtado, visto que este não compreende a formação de uma classe de empresários que produzem para o consumo doméstico objetivando a criação de um excedente.

Lenharo (1993) defendeu a tese que a crise da mineração, no final do século XVIII, ocasionou uma reorganização econômica em torno da produção de subsistência. Para isso, destacou que o Sul de Minas já era especializado na produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade voltados para o abastecimento do estado durante o auge da atividade mineradora. Consequentemente, desfrutava de algumas pré-condições – tecnologia relativamente complexa, abundância de água, melhor alimentação do gado – para o desenvolvimento de uma empresa agrícola mercantil. Portanto, sustentou que o cunho mercantil da produção de subsistência no Sul de Minas possibilitou a assimilação não só dos capitais que reverteram da mineração em crise, como também do fluxo migratório e da mão de obra escravizada.

O escoamento dessa produção, segundo o autor – amparado por dados estatísticos, registro de tropeiros no Arquivo Nacional e até relatos de viajantes das principais estradas do Centro-Sul mineiro –, era maciçamente encaminhado ao mercado carioca¹⁰. Deste

¹⁰ De acordo com Lenharo (1993), esse processo foi impulsionado no período joanino pelo príncipe regente - ou seja, uma articulação política entre a Corte e a classe incipiente de empresários/produtores - por meio do investimento em infraestrutura terrestre, principalmente com a abertura de estradas que ligavam a capital



modo, o Rio de Janeiro se consolidava como o núcleo exportador central do Brasil. Partindo de toda essa revisão, o autor concluiu – contestando Furtado – que não houve tendência alguma de involução econômica em Minas Gerais após o declínio da mineração. Pelo contrário, a economia de subsistência do Sul de Minas estava voltada para os mercados, operando com relativamente alta produtividade e complementaridade integrativa entre as fazendas, as vendas, as pastagens e os postos de serviço (LENHARO, 1993).

Outro trabalho que lançou luz sobre o aspecto da complexidade da economia mineira após o fim do auge aurífero, especificamente no século XIX, foi o de Roberto Borges Martins (1980), com sua tese de doutorado sobre a economia escravista mineira, intitulada *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais*, defendida na Universidade de Vanderbilt. Recortando sua investigação pela escravidão em Minas, o autor iniciou seu livro com uma crítica acentuada a falta de pesquisas na historiografia econômica, devidamente orientada a dados básicos e fontes documentais, destinadas a entender Minas oitocentista, a despeito de Minas Gerais ter sido a maior capitania escravagista no Brasil e uma das maiores do mundo. Para o autor, o maior obstáculo desta constatação foi “[...] a enraizada distorção que permeia quase toda a historiografia econômica brasileira: a maior parte dela está ainda hoje enredada na noção, herdada da colonização, de que a atividade exportadora é a única coisa que importa” (Martins, 1980, p. 2). Ou seja, o autor chamou a atenção para a distorção provocada pelo recorte da história através de “ciclos”, do açúcar nordestino, do ouro em Minas, e do café.

De “a atividade exportadora é a única coisa que importa”, decorreu a crítica do autor, que aquelas atividades que não exportadoras são reduzidas a “decadentes”, “estagnadas”, “periféricas” e “dependentes”, cujo dinamismo, pretensamente, dependeria exclusivamente do setor exportador. Em uma nota de rodapé, uma crítica direta é realizada a interpretação de Celso Furtado em *Formação Econômica no Brasil*, que reduz essas atividades “a categoria mais desprezível de todas, a economia de subsistência”. Para Roberto Borges Martins, o tratamento analítico de Furtado foi “particularmente pobre e carente de pesquisa” (Martins, 1980, s.d). Tal crítica, apesar de válida no sentido de

do país com o interior de Minas Gerais e com o Espírito Santo, e pelo fomento à produção agropecuária e mineradora, principalmente com a doação de sesmarias.



interpretação de histórica econômica, obscurece o fato de que *Formação Econômica do Brasil*, como o próprio Furtado adverte, não é um livro de história econômica, e sim de teoria econômica (Furtado, 1980), no sentido de construção de um modelo interpretativo de entender as diferentes realidades econômicas da história brasileira. Isto é corroborado por Coutinho (2008), que sistematizou o raciocínio furtadiano.

O recorte para a questão da escravidão, realizado pelo autor, foi integrado a uma visão das transformações das atividades produtivas em Minas Gerais, e isso nos atende. A preocupação maior do autor foi criticar em geral a historiografia que tem uma concepção que após o fim do *boom* minerador, os escravizados empregados na atividade foram transferidos para as *plantations* de café, surgidas no século XIX. Ao contrário, para Martins (1980) a maioria das pessoas escravizadas de Minas no século XIX jamais esteve em uma mina, nem em uma fazenda de café. Além disso, o aumento da população escravizada não foi herança da mineração nem efeito da expansão da economia cafeeira. Sua causa fundamental seriam as importações recentes (início do século XIX) das atividades não voltadas para a exportação. Em sua investigação histórica, mobilizando um conjunto apreciável de fontes documentais – tais como recenseamentos, relatórios da agricultura, relatos de viajantes, censos e ainda dados levantados e organizados por outros autores, etc... – Martins (1980) concluiu que o trabalho escravo era utilizado em uma variedade de atividades internas, que não eram voltadas para a exportação, qualificando a quase automática associação na historiografia entre mão de obra escrava e atividades exportadoras. Para o autor, a atividade exportadora teve um papel menor, havendo, na verdade, a formação de uma economia composta por unidades agrícolas diversificadas, destinadas ao autoconsumo e à venda em mercados locais, além do emprego da mão de obra escrava na pecuária, atividades artesanais e manufaturas.

Saltando para os anos de 1990, novos embates marcam a historiografia brasileira. Destacamos aqui o movimento de crítica à "historiografia paulista"¹¹ encabeçado pela dupla João Fragoso e Manolo Florentino com o livro *Arcaísmo como Projeto* (1993). Neste trabalho, ambos criticaram a perspectiva "externalista" presente na tese do "sentido da colonização", no qual o propósito único da colônia seria criar e transferir excedentes

¹¹ Por "historiografia paulista" referimo-nos à tradição historiográfica "fundada" por Prado Jr. e, posteriormente, refinada na tese de Fernando Novais intitulada *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* ([1973] 1995).



para a Europa em plena transição para o capitalismo industrial. Em alternativa, Fragoso e Florentino afirmaram que a estrutura produtiva colonial permitiu a formação de um setor mercantil que era capaz de expropriar o excedente e garantir dinâmica interna à colônia, a níveis até mesmo superiores à dinâmica externa.

Nessa perspectiva, Fragoso e Florentino (1993) inverteram a explicação do atraso brasileiro, retirando o peso sobre as relações desiguais de dependência com o centro capitalista, e associando-o à formação de uma elite pouco interessada no desenvolvimento do país, que despejava suas forças na construção de uma estrutura hierárquica, arcaica e desigual, no qual ela se beneficiaria no topo dessa estrutura. Essa obra, ao lado de outras pesquisas associadas, consolidou o desenvolvimento de uma “historiografia fluminense” dentro do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF),¹² que, muito antes, esteve interessado em revisitar diversos temas da economia colonial, estando, entre eles, a atividade econômica da capitania¹³ de Minas Gerais.

No que se refere à economia mineira, João Fragoso no livro *Homens de Grossa Aventura* ([1990] 1992),¹⁴ notou a partir dos vínculos da montagem de uma economia agrário-exportadora no Vale do Paraíba Fluminense no século XIX que a imagem da economia mineira não se assemelhava a estagnação descrita por Prado Jr. e Furtado. Fragoso, por meio de uma ampla documentação em inventários *post mortem*, escrituras públicas, balanços comerciais e registros aduaneiros, identificou a construção de um mercado regional no Vale do Paraíba no momento de retração da economia mundial, fazendo-o notar que havia uma classe mercantil de negociantes residentes ligada às relações comerciais estabelecidas no interior da colônia portuguesa, tendo um vínculo estreito com a capitania mineira. Portanto, estes grandes mercadores que controlavam

¹² É preciso destacar a figura central do historiador Ciro Flamarion Cardoso dentro da UFF. Cardoso em *Agricultura, Escravidão e Capitalismo* (1979) já questionava os fundamentos da “historiografia paulista”. Além disso, o autor teve um papel fundamental no desenvolvimento de teses e dissertações na UFF, chegando a orientar a tese de Florentino, intitulada *Em Costas Negras* ([1991] 1997) e a participar da banca de Fragoso.

¹³ Convém aqui ressaltar que, por circunscrever-nos predominantemente ao intervalo temporal do século XVIII, optamos por utilizar o termo “capitania”; contudo, após 1821 as subdivisões do território brasileiro passam a se denominar “províncias”.

¹⁴ Este livro corresponde aos quatro primeiros capítulos da tese de doutorado de Fragoso, defendida dois anos antes, chamada *Comerciantes, Fazendeiros e Formas de Acumuladgo em uma Economia Escravista Colonial: Rio de Janeiro (1790-1888)* (1990).



redes de tráfico de pessoas escravizadas e alimentos que desembarcavam no Rio de Janeiro eram os ditos “homens de grossa aventura”.

No capítulo intitulado *Minas Gerais: escravos e camponeses no complexo agropecuário voltado para o abastecimento interno*, Fragozo atestou um expressivo crescimento demográfico na capitania mineira, em grande medida apoiado por um grande fluxo de trabalhadores escravizados direcionados para um mercado interno de alimentos responsável por abastecer outras regiões da colônia. Derivado disso, o autor mostrou como em Minas Gerais não somente havia formado um setor ligado à exportação, mas também havia constituído um crescente mercado de outros gêneros de primeira necessidade que, por sua vez, garantia a acumulação de capital da região desde o final do século XVIII. Nas palavras de Fragozo ([1990] 1992, p. 125),

[...] a economia de Minas Gerais deixara de ter como eixo dinâmico a atividade mineradora, passando a se basear, em finais dos anos de 1700, numa agricultura e numa pecuária voltadas para o mercado interno. Na verdade, o que observamos é, ao lado do definhamento da atividade mineradora, o crescimento de uma agricultura e de uma pecuária mercantil não exportadoras já existentes desde o início do século XVIII; é isto que explica o fato de Minas aparecer, em 1819, como a maior capitania escravista do País.

As revisões também mobilizaram autores estrangeiros. No texto “*The mining-driven economy and its demise: from settlement to 1808*”, o historiador norte-americano Laird W. Begard teceu sua principal crítica e contribuição ao debate que não houve uma geral decadência da atividade econômica na segunda metade do século XVIII, como afirma Celso Furtado. É importante frisar que Begard (1999) não cita diretamente Furtado; na verdade, cita “*A decadência das Minas e a Fuga da Mineração*” de Waldemar de Almeida Barbosa (1971). Mas sua crítica é claramente direcionada à interpretação clássica do autor após a decadência do ouro e suas conclusões sobre o dinamismo do mercado interno estão alinhadas com o trabalho de Martins (1980).

A pesquisa do autor baseia-se em um conjunto de fontes documentais, como relatórios do governo mineiro e da assembleia legislativa, mapas, inventários, e outros documentos, a exemplo de uma série de *Almacks* municipais e relatos e descrições de viajantes e pessoas que ocupavam cargos nos governos municipais da época, encontrados no Arquivo Público Mineiro. Begard (1999) critica o uso do termo “decadência”, por



entender que talvez este termo seja aplicável a apenas algumas regiões que dependiam quase exclusivamente da mineração na primeira metade do século. No entanto, na segunda metade, haveria evidências em vários relatos oficiais e de viajantes sobre a dinâmica de outras atividades econômicas, em especial a agricultura, não só a de subsistência, mas também a agricultura comercial. Pela análise das evidências do autor, na verdade, “(...) *there was a transition to a new economic order built around the agriculture and pastoral activities that had first emerged from necessity, and then from market opportunities provided by the mining boom earlier in the eighteenth century*” (Begard, 1999, p.18). A principal contribuição do autor foi olhar o espaço econômico de Minas Gerais oitocentista de uma forma mais heterogênea, com subespaços econômicos, onde havia diferentes atividades econômicas e mercantis.

Neste sentido, o autor citou diversos exemplos, os quais destacam: Na segunda metade dos setecentos, a produção de algodão se tornou a maior atividade do nordeste de Minas, na Comarca de Serro. A produção de tabaco tornou-se uma importante atividade na Comarca do Rio das Mortes, que estabeleceu relações comerciais com São Paulo e com o Rio de Janeiro. No Sul de Minas, em Aiuruoca, Jacuí e Baependi, além do tabaco, queijo, carne bovina e porcos e outros animais também foram exportados para o Rio de Janeiro pela demanda da corte. No centro e no sul de Minas a cultura do café também se expandiu. O autor também enfatizou, em ordem de importância, que atrás da agricultura e pecuária mineiras na segunda metade do século XVIII, estava uma pequena indústria têxtil manufatureira, que produzia panos brutos e algumas roupas de lã (Begard, 1999). Uma visão muito semelhante a do historiador norte-americano, em termos de heterogeneidade da ocupação e desenvolvimento de atividades produtivas no espaço econômico de Minas Gerais do século XVIII, encontra-se oferecida por João Antônio de Paula em um de seus livros mais recentes, *Minas Gerais: visão de conjunto e perspectivas* (2020).

4. À guisa de conclusão

O objetivo do trabalho foi colocar a economia mineira oitocentista como objeto historiográfico em duas maneiras diferentes de se fazer história, uma orientada às grandes sínteses e narrativas em busca de um “sentido” para a nação na primeira década do século



XX e a outra, pela literatura desenvolvida a partir da década de 1970 que confrontou as grandes interpretações por meio de uma rigorosa pesquisa empírica com base em fontes primárias, enfatizando que a economia mineira era muito mais complexa e dinâmica do que foi atestado pelos trabalhos seminais de Caio Prado Jr. e Celso Furtado. Procuramos argumentar que essa mudança na maneira de apreender a realidade econômica e social da economia mineira esteve intimamente imbricada, e é mais inteligível, se considerada à luz das transformações historiográficas da história econômica.

Nesse sentido, é preciso situar ambas as produções teóricas nos seus distintos contextos de produção intelectual. No primeiro caso, Arruda (2004, 2017) postula que a cultura letrada brasileira seria a chave para compreender a produção dos afamados intérpretes do Brasil. Os intelectuais da “geração de 1930” e seus herdeiros teóricos produziram sua pesquisa diante de um cenário de mudanças aceleradas decorrentes da decadência das oligarquias rurais ao lado da ascensão da atividade industrial. Além disso, um volumoso fluxo migratório recebido no país preencheu as grandes cidades, estabelecendo um ambiente intelectual cuja maior expressão estava no movimento modernista¹⁵.

Nesses termos, a vida intelectual brasileira se fundou em torno da tradição do modernismo. Portanto, a atividade intelectual foi orientada pelos problemas da vida moderna e, por sua vez, respondidos por meio de uma regressão da história expressa no formato de ensaios críticos. Foi nesse sentido que Cândido (1984) identificou visões renovadas sobre o Brasil não mais orientadas por traços "biológicos-racialistas" ou pelo sublinhado pessimismo das elites do período sobre a possibilidade de se construir uma civilização válida nos trópicos.

Como já delineado, nos ensaios críticos modernistas de Caio Prado Jr. e Celso Furtado, a marcha para a formação de um “Brasil contemporâneo” aberto a possibilidade de construção de uma nação nos trópicos, passaria necessariamente pela ruptura do “sentido da colonização” e pela “mudança do centro dinâmico” da economia a partir da promoção da atividade industrial. Desta forma, o estudo da formação econômica da

¹⁵ Na década de 1920, o grande símbolo do modernismo foi a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo. No entanto, é preciso ter em mente que também haviam outros polos desse movimento em outras capitais. Dias (1971) sustenta que em Minas Gerais também havia um grupo social bem definido organizado em torno da temática do modernismo, alguns nomes importantes desse movimento foram Carlos Drummond de Andrade, Martins de Almeida, Pedro Nava, Emílio Moura e João Alphonsus.



capitania mineira do século XVIII empreendido por esses autores foi enquadrado dentro de um projeto maior de interpretação do Brasil.

De modo totalmente distinto, o cenário dos anos de 1970 foi marcado pela profissionalização e especialização da atividade intelectual, em um contexto de fundação e formalização de centros de pós-graduação iniciado em meados da década anterior. Surgia uma nova maneira de produzir ciência no Brasil e, no âmbito da historiografia, se intensificava a valorização do rigor teórico-metodológico com a crítica e o tratamento das mais diversas fontes, primárias e secundárias: documentos oficiais, cartas, ofícios, diários, relatos, acervo de antigos jornais, registros orais, vestígios arqueológicos, entre outras.

O contato com essa nova metodologia permitiu a identificação de lacunas nas interpretações clássicas, a elaboração de explicações mais precisas e a descoberta de novos fatos com evidências mais robustas, avançando o conhecimento desenvolvido até então pelos grandes intérpretes a partir da incorporação das particularidades encontradas. A especialização, o acesso às fontes com métodos rigorosos e a confrontação das grandes sínteses com realidades econômicas e sociais específicas é um movimento fundamental para o conhecimento das realidades materiais e históricas. Contudo, o escopo destas pesquisas era mais fragmentado: atinha-se a um problema circunscrito a um período, a uma região, ou até a uma personalidade histórica. Isso porque o trabalho necessário para desenvolver uma interpretação totalizante que abrange um intervalo multissecular com tal grau de rigor metodológico é impraticável na extensão de uma pós-graduação – ainda que fosse uma pós-graduação de dez anos.

Nesse sentido, é necessário reconhecer que desapareceram as grandes sínteses, as interpretações totalizantes, a busca pela lógica interna da história, a apreensão do todo. Não é surpresa que nos dias atuais a tendência de hiperespecialização dos objetos e escopos de pesquisa esteja se intensificando: espera-se que se conclua um curso de doutorado em quatro anos, publicando artigos científicos periodicamente. Pensamos que, para além da importância evidente das pesquisas e seus objetos em si, a especialização pode oferecer um terreno fértil de materiais e descobertas, que podem não somente enriquecer e repensar as grandes sínteses, mas também oferecer elementos para elaborar



as próximas – uma tarefa árdua, sobretudo no cenário contemporâneo da academia brasileira.

Em *Capitalismo no Brasil* (2021), a obra mais recente de João Antônio de Paula, combina-se, de um lado, um vasto conhecimento e aprofundamento das revisões (tão necessárias) realizadas pela historiografia com, de outro lado, o esforço e a tentativa de uma grande síntese, a partir de um enfoque totalizante. O autor demonstrou como a economia colonial brasileira possuía uma heterogeneidade regional, e mais do que isso, a existência no interior de cada região, de um “mosaico” de relações sociais, de trabalho, de estrutura de acesso a terra, de atividades produtivas, bem como um mercado interno relativamente diversificado com certas articulações incipientes no século XVIII. Mas essa própria reconstituição da história colonial é atrelada a uma visão totalizante e estrutural, visando explicar a formação e a dinâmica histórica de longo prazo do capitalismo brasileiro dependente, periférico, violento, excludente e concentrador de renda e riqueza, que se reverbera nos dias atuais.

O que queremos destacar é que reconhecer os avanços da literatura revisionista na complexificação de concepções caricaturais sobre a economia mineira, não implica, de modo algum, que esta literatura seja "superior" às grandes sínteses, no sentido de mais verdadeira. Se por um lado, as grandes narrativas deixam escapar toda a complexidade e os detalhes da estrutura econômica e social, de outro, a literatura especializada, ao se debruçar e se orientar em objetos e recortes bem específicos, pode-se, sem cuidado, alienar-se dos aspectos estruturais e totalizantes que dão sentido histórico àquele próprio objeto de pesquisa investigado. Mas, afinal, já não é uma tarefa de tamanha complexidade construir categorias analíticas e conceitos teóricos que organizem essa realidade tão complexa? As grandes sínteses do passado, altamente inovadoras, foram constituídas no passado para dar o “sentido” e contribuir para a ideia de nossa Formação. A partir dessas grandes sínteses, diversas pesquisas se mobilizaram para confrontá-las. Dado o contexto atual do cenário de pós-graduação no Brasil, onde vigora-se a especialização e a fragmentação em subáreas, quando este confronto com a literatura clássica mostrar sinais de esgotamento no futuro, quem escreverá as próximas histórias totalizantes?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ARRUDA, José Jobson. The Brazilian Economy During the Colonial Period. In: *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. 2019.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Pensamento Brasileiro e Sociologia da Cultura: questões de interpretação. *Tempo Social*. São Paulo: v. 16, n. 1, p. 107-118, jun, 2004.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. El Concepto de Formación en Tiempos Críticos: esbozo de reflexión. *Sociológica*. México: n. 90, ano. 32, p. 47-68, jan-abr, 2017.

AZEVEDO, João Lúcio. Épocas de Portugal Econômico. *Esboços de história*. 1. ed. Lisboa: Editora de A. M. Teixeira & c.a (filhos). 1928.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

BEGARD, Laird W. The mining-driven economy and its demise: from settlement to 1808. In: _____. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Braudel, Fernand. No Brasil: dois livros de Caio Prado Jr. *Revista Praga: estudos marxistas*, n. 8. São Paulo: Hucitec, p. 133-137. 1999.

BURKE, Peter. *The French Historical Revolution: Annales School 1929-89*. Cambridge: Polity Press, 1990.

CÂNDIDO, Antônio. O significado de Raízes do Brasil. Prefácio. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 17 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984.

CANO, Wilson. A Economia do Ouro em Minas Gerais (Século XVIII). In: _____. *Ensaio sobre a formação econômica regional*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1979.

CASTRO, Antonio Barros de. A herança regional no desenvolvimento brasileiro. In: CASTRO, Antonio Barros. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. vol 2, p. 9-85. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

COSENTINO, Daniel do Val. A economia mineira no século XIX e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. *Revista Debate Econômico*, v. 1, n. 2, p. 28-53, 2013.

COUTINHO, Maurício C. Economia de Minas e economia da mineração em Celso Furtado. *Nova Economia*. Belo Horizonte: n. 18, v. 3, setembro-dezembro, 2008.

DIAS, Fernando Correia. *O Movimento Modernista em Minas: uma interpretação sociológica*. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1971.

FARIA, Sheila de Castro. Ciclo Econômico. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 116-118.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.



FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Comerciantes, Fazendeiros e Formas de Acumulação em uma Economia Escravista Colonial: Rio de Janeiro (1790-1888)*. 790 p. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 1990.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 17. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014.

FURTADO, Celso. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1. 1988.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

MARCHANT, A. *Do escambo à escravidão*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais–Brasil*. 1980. Tese de Doutorado (Doutorado em Economia) - Faculty of the Graduate School of Vanderbilt University, Nashville, 1980.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935-1956): notas para estudo*. *Revista de História*, n. 146, p. 11-27, 2002.

MELO, Evaldo Cabral de. *Raízes do Brasil e depois*. Posfácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

NOVAIS, Fernando; FORASTIERI, Rogério. Introdução. In: _____. *Nova história em perspectiva*. vol 1. São Paulo: Cosac Naif, 2013.

NOVAIS, Fernando e ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Revisitando os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Revista da USP (Dossiê Intérpretes): 6-9, jun-ago, 1998.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa*. In: OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 11-34.

OLIVEIRA, Francisco de. *Viagem ao olho do furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro*. *Novos Estudos*. São Paulo, n. 48, v. 2. jul 1997.

PAULA, João Antônio de. *Capitalismo no Brasil*. 1 ed. Curitiba: Kotter Editorial, 2021.

PAULA, João Antônio de. *Economia e Sociedade*. In: PAULA, João Antônio de. *Minas Gerais: Visão de conjunto e perspectivas*. Belo Horizonte: Editora Scriptum, 2020.

PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000.

PRADO JR. Caio. *História Econômica do Brasil*. 46. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.



PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. 21. ed., 3ª reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 2006.

REVEL, Jacques. *História e Historiografia. Exercícios Críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SAES, Flávio. A Historiografia Econômica Brasileira: dos pioneiros às tendências recentes da pesquisa em História Econômica do Brasil. In SAES, F., SAES, A. M. e RIBEIRO, M. A. R. *Rumos da história econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo: Alameda, 2017.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo: Ed. Nacional. 1937.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 14, n. 1. janeiro-abril de 2004, p. 11-37.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Sobre a formação da Formação econômica do Brasil de C. Furtado. *Estudos Avançados*, v. 13, p. 207-214, 1999.

VIEIRA, Rosa Maria. Entrevista com Celso Furtado. *Historia oral*, v. 7, 2004.